

O ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE-RN A PARTIR DE SEUS PRINCIPAIS CICLOS ECONÔMICOS

SPATIAL PLANNING OF PORTALEGRE-RN FROM ITS MAIN ECONOMIC CYCLES

Marcos Antonio Rodrigues Sousa

Graduando do Departamento de Geografia da UERN/CAMEAM

E-mail: marq_uinhosrn@hotmail.com

Larissa da Silva Ferreira Alves

Profa. Dra. do Departamento de Geografia da UERN/CAMEAM

E-mail: larissaferreira@uern.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estudar o ordenamento territorial (OT) dado ao município de Portalegre-RN, a partir de seus principais ciclos econômicos. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico que discutisse e focasse a temática do ordenamento territorial e o desenvolvimento dos ciclos econômicos, a fim de possibilitar um melhor firmamento teórico-científico através de autores como Fernandes (2008), Estaba (1999), Andrade (1998), Moraes e Silva (2002), dentre outros. Ainda foram realizados trabalhos de campo no território em questão, através de pesquisa qualitativa, partindo da observação *in lócus*; bem como a realização de entrevistas com representantes de algumas instituições, tais quais: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SEMATUR) e EMATER do município; além da realização de entrevistas com pessoas da comunidade do território em estudo. Através disso foi possível identificar que das várias atividades desenvolvidas no município três delas tiveram uma expressiva significância em relação as outras desenvolvidas no território: a cajucultura, a mandioca e o turismo, dando determinada configuração na dinâmica territorial de Portalegre, a partir de ações específicas de OT para o desenvolvimento territorial tanto do meio urbano, quanto o rural, contribuindo de forma significativa no que concerne à formação e sustentação econômica do município e no modelamento de seu território.

PALAVRAS-CHAVE: ordenamento territorial; ciclos econômicos; território; Portalegre-RN.

ABSTRACT

This article aims to study the spatial planning (SP) given to the municipality of Portalegre-RN from its main economic cycles. To this end, it conducted a literature review that discusses the theme of spatial planning and development of the economic cycle, to allow a better theoretical and scientific firmament by authors such as Fernandes (2008), Estaba (1999), Andrade (1998), Moraes e Silva (2002), among others. Yet it was conducted field work in the territory in question through qualitative research, based on the observation in locus; as well as conducting interviews with representatives of some institutions, such that: the Rural Workers Union, Municipal Prefecture, Municipal Bureau of Tourism and Environment (SEMATUR) and EMATER the municipality; in addition to conducting interviews with people from the community of the territory under study. It was possible to identify which of the various activities in the municipality three of them had a substantial significance in relation to other developed in the territory: the cashew cultivation, manioc and tourism, giving particular setting in the territorial dynamics of Portalegre, from specific actions SP for territorial development of both urban, the rural, contributing significantly with regard to training and economic support of the municipality and the modeling of its territory.

KEYWORDS: spatial planning; economic cycles; territory; Portalegre-RN.

1. APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o ordenamento territorial dado ao município de Portalegre-RN, a partir de seus principais ciclos econômicos. Buscou-se realizar uma análise da dinâmica do território a partir desses ciclos, tendo em vista compreender quais as contribuições ou desdobramentos que esses proporcionaram para a configuração territorial do município e para tanto Sendo assim, se faz presente no recíproco embasamento teórico de obras e autores como “Desenvolvimento econômico brasileiro” (1998) de Argemiro J. Brum, “Geografia econômica, Brasil de colônia a colônia” (2010) de Marcos Antonio de Moraes e Paulo Sérgio Silva Franco, “Geografia econômica” (1998) de Manuel Correa De Andrade, “Síntese geral sobre política nacional de ordenamento territorial” de Bertha Becher (2005) e outros, nos quais se fez como aportes teóricos e concepções que servirão para uma melhor amarração das ideias abordadas nesta pesquisa, atreladas a realização de consultas em documentos e bibliografias que ressaltem e façam discursões sobre Portalegre e seus ciclos, que foram importantes para a estruturação de Portalegre, uma vez que deram ordenamentos territoriais específicos ao município, tornando-se indispensáveis para a sua sustentação econômica.

No caso de Portalegre, é notório que diante das múltiplas atividades que se desenvolveram no município, algumas se destacaram tanto na forma de atuação quanto na importância para a economia local. Nesse sentido, delimita-se como objeto de estudo saber quais os principais ciclos que atuam no município, de que forma esses se comportam na dinâmica territorial local e como o poder público interveio ou não no seu desenvolvimento, a partir de ações de OT. Para tanto foram realizadas visitas locais em associações, a exemplo da Associação dos Produtores Rurais de Portalegre (APRUP), na qual será possível a obtenção de dados referentes a produtividade, como números que mostrem a realidade desta atividade no município nos últimos anos em relação a cajucultura e seus derivados; engenhos e casas de farinhas, órgãos governamentais e não governamentais, comerciantes locais, a Prefeitura do município secretaria de turismo, hotéis e pousadas, que virão possibilitar a obtenção de números e dados para a pesquisa no que tange ao levantamento histórico do desenvolvimento dessas atividade, além de acervos públicos que contenham a história e documentos sobre o histórico do município, cujo objetivo é de conhecer como aconteceu a dinâmica da ciclos econômicos em Portalegre-RN.

Diante do que se propõe a realizar, este trabalho se apresenta em três seções distintas: a primeira faz um levantamento teórico-conceitual sobre ordenamento territorial (OT) e ciclos econômicos, além de um tópico secundário sobre a caracterização do território de Portalegre.

Já a segunda seção discute sobre a formação territorial de Portalegre em relação aos ciclos econômicos desenvolvidos no município, mostrando de que forma este contribuiu na configuração do território.

E, concluindo, a terceira seção busca identificar os ciclos econômicos mais relevantes de Portalegre e sua relação com o OT dado ao município, mostrando as ações de ordenamento territorial que foram dadas inerentes a esses ciclos.

2. ORDENAMENTO TERRITORIAL E CICLOS ECONÔMICOS: UMA BREVE APROXIMAÇÃO CONCEITUAL

As atividades econômicas são fatores preponderantes para o modelamento do território de um município, estado ou nação, seja na sua economia, seja na dinâmica de ocupação, distribuição populacional, sua cultura, dentre outras. Ao estudar uma determinada atividade econômica é importante compreender de que forma esta atuou ou atua na organização e no ordenamento do espaço, bem como perceber qual a sua significância para o território em que está inserida.

É sabido que no Brasil, desde o seu descobrimento até os dias atuais, fez-se presente na sua história a existência de ciclos econômicos que foram determinantes para a sua ocupação e crescimento, começando pelo ciclo do pau-brasil, sucedido pela cana de açúcar, gado e ouro, borracha, café, entre outros, como nos fala Moraes e Silva (2010). Tais ciclos remodelaram o território nacional, iniciando novos processos de tendências territoriais até hoje visualizados no espaço geográfico do país.

Ao se deter em fazer um recorte espacial no município de Portalegre para análise da significância de atividades econômicas para seu território, será perceptível a identificação da existência de ciclos de maior importância, que foram e são a base de sustentação econômica do município, além de entender como o poder público atuou ordenando o território para dar subsídio a reprodução dessas economias.

Neste sentido, no que concebe ao conceito de ciclos econômicos, Brum (1998, p. 131) vem nos falar que:

É o período em que determinado produto, beneficiando-se da conjuntura favorável do momento, se constitui no centro dinâmico da economia, atraindo as forças econômicas – capitais e mão-de-obra – e provocando mudanças em todos os outros principais setores da sociedade, como na criação de novas atividades, no uso de equipamentos, na distribuição das rendas, na constituição das classes sociais ou frações de classe, com um declínio de umas e ascensão de outras etc.

Um ciclo econômico se apresenta em três momentos descritíveis: o primeiro estágio momentâneo liga-se ao início de sua expansão, momento de crescimento que ganha forças; num segundo plano será o seu auge, estando no topo da economia; e, numa terceira e última fase, culmina-se com o seu declínio, muitas das vezes chegando até sua extinção.

Arelados aos três momentos distintos em que se faz a atuação dos ciclos econômicos, faz-se necessário a existência de fatores intervenientes, que é o que Andrade (1998, p. 117) vem chamar de “estruturas que colocam em funcionamento o mercado, como sistemas de transportes, implantação de estradas de ferros, ferrovias de penetração e estradas que ligam os portos e as áreas produtoras, mercado consumidor, mão de obra”.

E no que concerne aos fatos enaltecidos anteriormente, o Estado cada vez mais ganha papel importante no que tange a essas transformações e configurações, como Moraes (2000, p. 156) enfatiza ao dizer que:

O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. Tal qualidade ganha potência nos países periféricos, notadamente nos de formação colonial, como o Brasil.

É por meio de suas ações que o Estado modela as estruturas do território ou da sociedade mediante as mais variadas formas, sejam de caráter político, econômico, ideológico ou social. Para tanto, precisa fazer um diagnóstico geográfico do território, na busca por compatibilizar políticas públicas de rebatimento no espaço, políticas essas compreendidas como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações que estão acontecendo e manifestando-se por meio de funções e processos.

Enquanto detentor do poder, o Estado tem como atribuição a implementação de macroestratégias de ocupação e uso do espaço, instalação de equipamentos e infraestruturas, defesa da soberania e das fronteiras e ações espaciais em áreas críticas ou prioritárias. Tais ações são de caráter de ordenamento do território, em que Ferrão (2011, p. 121) o afirma como algo interdisciplinar, prospectivo e que se volta à utilização ótima do espaço. A Carta Europeia de Ordenação do Território (*apud* PUJADAS; FONT, 1998, p. 11), por sua vez, define o conceito como:

A expressão espacial das políticas econômicas, sociais, culturais e ecológicas da sociedade. É uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebida com um enfoque interdisciplinar e global, cujo objetivo é um desenvolvimento equilibrado das regiões e da organização física do espaço segundo um conceito diretor.

Entretanto, a conceituação de OT elaborada por Estaba (1999, p. 6) é que traduz, com diligência, a complexidade do conceito na atualidade, definindo-o como:

A sistematização do desenvolvimento no espaço [...] estratégia em busca da modernidade e centrada na ideia de descentralização [...] refere-se àquelas ações de Estado direcionadas a buscar uma organização do uso da terra, com base na redistribuição de oportunidades e expansão e detecção das necessidades, potencialidades de expansão e na detecção das limitações e vantagens comparativas e competitivas. Sua consecução supõe propiciar um sistema de cidades harmônico e eficientemente integrado à globalização, [...] Também implica na superação de contradições como exploração econômica e preservação da natureza, eficácia econômica e qualidade na ordenação.¹

Para a ordenação do território exige-se, obrigatoriamente, considerar alternativas de usos possíveis e aceitáveis frente aos critérios de adequabilidade, ambientais, territoriais, econômicos, sociais e técnicos. Deve-se, também, exigir que se reflita sobre as principais preocupações fundamentais do ordenar: o desenvolvimento econômico, a qualidade de vida, a preservação do meio ambiente.

¹ "la sistematización del desarrollo en el espacio geográfico [...] estrategia hacia la modernidad y atada a la de la descentralización [...] refiere a aquellas acciones del Estado dirigidas a buscar una organización del uso de la tierra, con base en la redistribución de oportunidades de expansión y la detección de necesidades, potencialidades, limitaciones y ventajas comparativas y competitivas. Su consecución supone propiciar un sistema de ciudades "armónico" y eficientemente integrado a la globalización, [...] También implica la superación de contradicciones como explotación económica y preseación de la naturaleza, eficacia económica y calidad de la ordenación".

O Brasil não tem uma Política Nacional de OT consolidada, porém, mesmo não havendo, vários geógrafos conhecidos como Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, dentre outros contribuíram para a formulação de uma proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), que procurava realizar a implementação de um planejamento territorial que visasse a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento da coesão territorial pelo uso racional dos recursos e das potencialidades de cada região, afirmando as identidades e fortalecendo a capacidade regional de construir e se desenvolver; mas que não veio a ser colocada em prática. Porém, tal fato não impediu que os espaços fossem e sejam ordenados, ficando a cargo do poder público que o realiza através de diversas políticas e ações públicas de impacto territorial.

No caso de Portalegre, é visível que diante de seus principais ciclos se fez presente a existência de ações de OT, que possibilitaram uma contribuição para o desenvolvimento e crescimento, salvo que essas medidas de fortalecimento não se deram de forma homogênea, visto que uma grande parte destas não obtiveram incentivos que viabilizassem o seu desenvolvimento, o que ocasionou uma sucumbência ao declínio.

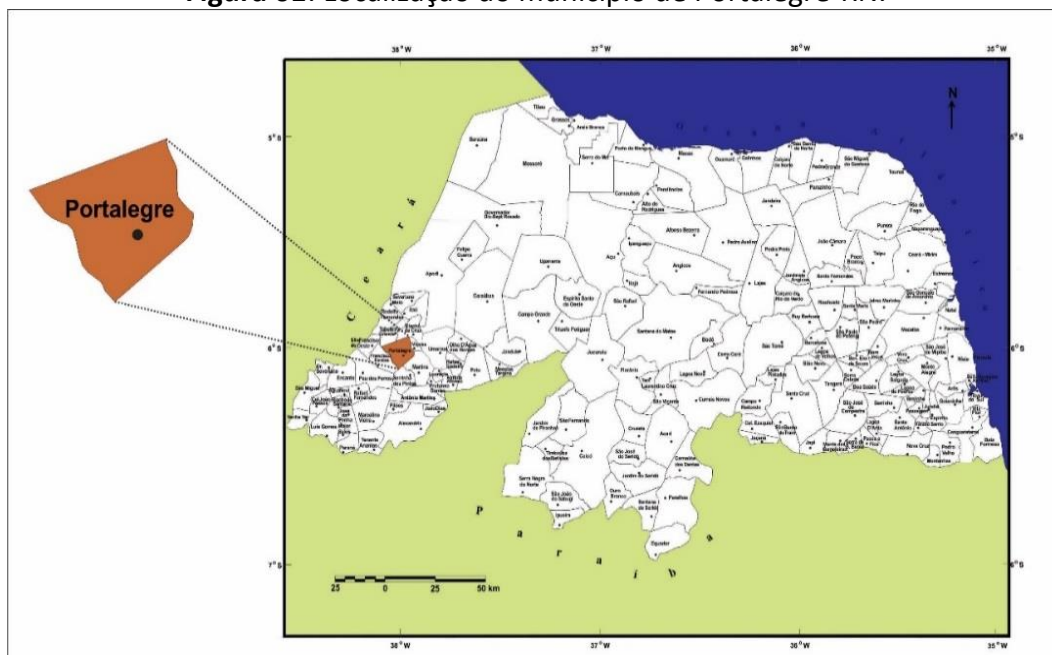
Mediante esta contextualização inicial, fazemos, a seguir, um recorte do município de Portalegre-RN, destacando-se de que forma se deu o ordenamento território deste frente a suas atividades econômicas, e como o rebote territorial possibilitou dinâmicas socioespaciais específicas a esse território e vinculadas aos ciclos.

2.1 UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE PORTALEGRE

O município de Portalegre localiza-se no estado do Rio Grande do Norte, no polo serrano da mesorregião do Oeste Potiguar, na microrregião de Pau dos Ferros. Apresenta uma população com cerca de 7.320 habitantes, sendo que desse total 3.477 habitantes residem na zona rural, enquanto 3.843, na urbana, apresentando um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,621, segundo a última publicação do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013), o que vai ter uma significância importante no que tange às ações de OT, dada ao referido município. Além do mais, apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 38.702 mil, segundo fonte do IBGE (2012), cuja distribuição se apresenta com a agropecuária, tendo um valor de R\$ 1.570 mil reais; a indústria com R\$ 4.750 mil reais; e serviços com R\$ 32.382 mil reais.

Sua área inicial era de 5.000 km², que englobava toda a microrregião serrana do estado do RN, no entanto, a partir de 1963 iniciou-se um processo de desmembramento de terras que deram origem aos seguintes municípios: ao norte, Taboleiro Grande e Riacho da Cruz; ao Sul, Serrinha dos Pintos; à Leste, Viçosa e Martins; a Oeste, Francisco Dantas, o que viria proporcionar uma redução significativa na área territorial de seu município, que hoje é de 110,052 km² (Figura 01). (IBGE, 2010).

Figura 01: Localização do município de Portalegre-RN.



Fonte: IBGE (2015), adaptado por Sousa e Alves (2015).

Como cita Cascudo (1995, p. 329), o surgimento e expansão territorial de Portalegre “pertence ao ciclo do gado no séc. XVII, consequência do avanço dos currais pelas várzeas do Apodi e posse dos sesmeiros do Jaguaribe e da Bahia, situando fazenda e guerreando os indígenas”. E com o avanço dos currais de gado durante o forte ciclo econômico da carne de charque, que se estendia até a várzea do rio Açu e Apodi, o então capitão-mor, Manoel Nogueira Ferreira, veio erguer a primeira fazenda de gado no território que daria origem ao município, à procura de paz e tranquilidade. Para se chegar ao nome que se tem hoje, o município deteve, ao longo de sua história, uma variabilidade de nomes que estiveram diretamente ligados à dialética de seus fundadores. De início, chamara-se de Serra dos Dormentes; depois, Serra de Santana; em seguida,

Serra do Regente e, por fim, o topônimo Portalegre em alusão à cidade de Portalegre situada na região do Alentejo em Portugal.

A fundação oficial da Vila de Portalegre aconteceu no dia 8 de dezembro do ano de 1761, em virtude da Carta-Régia de 1755 e Alvará-Régio, também de 1755, vindo a ser a terceira vila a ser fundada no estado, sendo antecedida por nova Extremoz do Norte e da vila Nova Arês, como nos informa Cavalcante e Dias (2001).

Ao se buscar entender a história da região onde Portalegre se situa é possível perceber uma mescla de influência dos índios nativos das terras, os Paicus e Tarairu, portugueses e da expansão da carne de charque. O município sobrevive de uma economia voltada para os setores primário, secundário e terciário, com a existência de pequenas indústrias de fabricação e produção de polpa e de beneficiamento da castanha do caju, bem como de produção de suco e ração animal com os derivados do caju. A ocupação e o desenvolvimento de seu território estiveram diretamente entrelaçados aos seus ciclos econômicos, sendo fator consonante para que a formação e o crescimento do município estivessem intensamente vinculados à ocorrência de ciclos da economia.

E congruente a esses ciclos que atuaram e atuam no município, fizeram-se presentes ações de OT que foram significativas no que tange à ocupação do território, quanto ao seu modelamento, estando esse direcionado tanto ao desenvolvimento dessas atividades, quanto ao crescimento do município.

3. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E SUA RELAÇÃO COM OS CICLOS ECONÔMICOS

Ao longo de sua história, o município de Portalegre desenvolveu várias atividades econômicas que, de certa forma, contribuíram para a ocupação de seu território, dentre as quais podemos citar o café, a cana de açúcar, a mandioca, a pecuária, a cajucultura e uma das atividades mais recentes desenvolvidas no município nesta última década, a saber, o turismo, que a cada ano vem ganhando força e significância no seu desenvolvimento.

Procurar entender a formação territorial de Portalegre é fazer um levantamento histórico de sua ocupação. O município sempre teve na divisão de sua população, entre espaço urbano e rural, um fator preponderante para que se fossem pensadas ações de OT que proporcionassem subsídios para ambos estes espaços, uma vez que suas populações tanto do urbano quanto o rural terem suas populações quase que proporcionais. Frente a esta colocação da divergência entre o

número de pessoas residentes no meio urbano e rural, segundo fonte do IBGE, dos censos realizados só o de 2010 apontou para uma população urbana como superior a rural.

Tal realidade é bastante particular tendo em vista que, de acordo com fontes do sindicato dos trabalhadores rurais de Portalegre, só de comunidades rurais o município conta com mais de 36, conforme se percebe no Quadro 01, permitindo aferir que seu território fora construído ao longo do tempo a partir de importante vínculo com atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, que deram ao território uma característica rural peculiar de sua população por vários anos seguidos.

Quadro 01: Lista com as comunidades e assentamentos rurais de Portalegre-RN

COMUNIDADES E ASSENTAMENTOS RURAIS DE PORTALEGRE	
Arrojado	Engenho Novo
Baixa Grande	Estrondo
Belo Monte	Genipapeiro
Bom Jardim	Jatobá
Bom Sucesso I	Lajes I
Bom Sucesso II	Lajes II
Cajazeiras I	Mata
Cajazeiras II	Pedro Rodrigues
Cavaco	Pedra Rocha
Carrapicho	Pêga
Chã de Vila	Pimenta
Chapada	Retiro
China	Santa Tereza
Comum	Santo Antônio
Cavaco	São Tomás
Cova	Serrinha
Desterro	Sobrado
Encruzilhada	Velho
Assentamento Estrondo	Assentamento São Miguel
Assentamento São Francisco	Assentamento Terra Boa

Fonte: Sindicato dos trabalhadores Rurais (2014), adaptado por Sousa (2015).

São essas comunidades e assentamentos listados no Quadro 1 que serviram de estrutura basilar para o desenvolvimento econômico do município, uma vez que duas de suas principais atividades que atuam em forma de ciclo, mais precisamente cajucultura e mandioca, formam a base econômica do município, como discutimos em tópico mais à frente.

No entanto, esses dois ciclos por mais que estivessem ligados ao meio rural fizeram com que o espaço urbano sofresse reflexos em seu desenvolvimento, uma vez que as pequenas fábricas, bem como os meios de escoamento e comercialização passaram a constituir o cenário urbano. Porém, a atividade que mais tem contribuído para o ordenamento do território no então espaço urbano de Portalegre é o turismo, que implicara fortemente na estruturação do município, indo desde redes de esgoto, até a construção de obras de grande porte, como hotéis e loteamentos fechados, destes últimos, inclusive, merece destaque o caso do Varandas da Serra, o maior deles que abrange uma grande área do município.

4. OS TRÊS CICLOS MAIS IMPORTANTES E AS AÇÕES DE OT PARA O SEU DESENVOLVIMENTO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA

Ao ser feito um levantamento das atividades que são ou foram desenvolvidas no município de Portalegre, é possível a identificação daquelas que, ao longo de seu desenvolvimento, tiveram e têm significância no rebatimento e na dinâmica do território. Como indicado, dentre tantas atividades que existem no município como milho, feijão, leguminosas, tabaco, pecuária, criação de ovinos e caprinos, aves, café, cana-de-açúcar, produção de mel, fruticultura, entre outras, três se destacam por uma maior influência e por sua produtividade, é o caso da cajucultura, da mandioca e do turismo.

Além de terem uma significância considerável em relação às demais, no que tece à linha de discussão de ordenamento territorial, faz-se notório a existência de ações de OT que deram subsídios tanto para o desenvolvimento, como para a manutenção desses ciclos, através do poder público no território de Portalegre.

4.1 A CAJUCULTURA E SUA IMPORTÂNCIA PARA ESTRUTURAÇÃO DE COMUNIDADES RURAIS

O ciclo da cajucultura em Portalegre tem uma significância considerável em relação a outras, uma vez que gera renda e empregos diretos para a população deste município. No que concerne a instrumentos que fortalecem ao seu desenvolvimento, destaca-se a existência de associações dos produtores rurais como é o caso da Associação dos Produtores Rurais de Portalegre-RN (APRUP), fundada em 1993, em que, segundo informações obtidas em entrevistas com o presidente da associação, esta foi criada com o objetivo de poder proporcionar aos

membros associados a possibilidade de atividades culturais, econômicas, esportivas, dentre outras, por meio do incremento da produção familiar da unidade produtiva em prol de beneficiamento básico de frutas, assim como o apoio na comercialização dos produtos oriundos de seu beneficiamento, fazendo o elo de ligação entre os produtores e os comerciantes.

E no que diz respeito à significância da atividade para o município, Moreira (2014, p. 16), vem colocar que:

a atividade do caju de Portalegre é de grande importância para a economia desse Município, pois no período de entressafra, entre os meses de outubro a dezembro, os agricultores familiares se engajam na colheita dessa fruta, tendo em vista que com o recolhimento e venda dessa produção, terão a oportunidade de melhorarem a renda familiar, bem como nessa atividade é oferecido oportunidades de emprego para a população local contribuindo com o crescimento econômico do município e das regiões vizinhas.

Tal relato de Moreira (2014) encaixa-se com a discussão de Oliveira (2011, p. 12) ao falar desta temática. Este último autor coloca que “é a partir da castanha de caju que as movimentações econômicas acontecem, desencadeando trocas comerciais com outras cidades, fortalecendo sua base econômica, tornando-se a principal fonte de renda da cidade”.

No que diz respeito à comercialização dos produtos oriundos do beneficiamento do caju, como é o caso da polpa congelada, do suco integral e da castanha, estes são renegociados para outros estados brasileiros, tal como Ceará, Sergipe, Pernambuco e Paraíba, por não haver mercado consumidor para sua total produção no RN. Segundo os intermediários da atividade no município, a produção anual pode chegar entre 700 e 1000 mil toneladas de castanha, número bastante significativo se comparado com outros municípios, como Francisco Dantas, com 3 mil kg; Luiz Gomes, com 77 mil kg; e Martins, com 142 mil kg, segundo fonte do IBGE (2013).

Entretanto, no ano de 2002, segundo IBGE (2010), ocorreu a maior produção já registrada de castanha de caju do município, em que a produção colhida foi de 2.150 toneladas de caju e 2 toneladas de castanha. Diante dessa produção expressiva, fez-se necessária a criação da fábrica de produção de polpa e de beneficiamento da castanha. Contudo, com a fábrica não sendo ainda suficiente para dar conta da demanda, vários compradores de caju do município foram motivados a levarem diariamente caminhões lotados de caixas, com mais de vinte quilos de caju cada, para outras cidades, como é o caso do município de Itaú, por ser o município mais próximo de Portalegre

a conter uma fábrica de extração de produção do suco do caju, assim como ocorre no município em questão.

Para dar subsídios ao desenvolvimento da atividade no município, o poder público procurou desenvolver ações de OT para proporcionar tanto a comercialização, quanto a produção, o que gerou resultados significativos em alguns anos. Dentre essas ações, destacam-se a construção e recuperação de estradas, viabilizando o escoamento da produção; construção da fábrica de extração do suco de caju; construção do mercado público municipal, no qual acontecia a feira livre; bem como a construção da fábrica de beneficiamento da castanha e a fábrica de doces caseiros e de polpa de caju em escala pequena. Ainda, numa visão futura, cogita-se a construção de uma indústria de engarrafamento do suco, empreendimento que se apresenta inviável diante da atual situação da atividade no município, conforme poderá ser visto.

Figuras 1 e 2: Fábrica de beneficiamento de caju em Portalegre.



Fonte: Registro fotográfico em visitas de campo, 2014.

Também se faz notório que dentro das áreas que se destacavam por sua grande expressividade no número da produção nessa atividade, no caso a parte sul do território portalegrense, que é constituído de 11 dos 32 sítios existentes, mais conhecida como o setor Baixa Grande, é perceptível o direcionamento de ações públicas que deram condições de manutenção para os produtores continuarem na zona rural, dando continuidade ao desenvolvimento da atividade. Dessas ações, merecem destaque a solicitação de redes de distribuição de energia elétrica, período em que a COSERN ainda não havia sido privatizada e que pertencia ao governo do Estado; como também a construção de açudes através de requerimento ao governo federal. A área conta com três açudes, todos construídos no período em que a cajucultura tinha maior

expressividade no município. Assim, o primeiro açude foi construído em 1985; o segundo, em 1989, pelo então prefeito do município, o senhor Dr. Eupídio Rêgo; e, o último, em 1996; sendo que atualmente há políticas de adutoras que servem como forma de abastecimento para esta população. Porém, a estruturação do meio rural não se concentrou apenas nessa comunidade, sendo notório que nos demais setores ela se deu de forma mais tardia.

Faz-se importante que sejam citadas outras ações bastante significantes para a estruturação desses espaços rurais enquanto basilares para essa economia municipal, como é o caso da construção de escolas e de unidades básicas de saúde, a exemplo da Escola e Creche Municipal Alfredo Silvério (uma das mais antigas do município, estando situada no Sítio Baixa Grande); Escola e Creche Municipal Francelino José do Nascimento (Sítio Sobrado); Posto de Saúde do Sítio Sobrado; além do Posto de Saúde Pedro Nolasco – Sítio Baixa Grande, que até os dias atuais vem sendo utilizado pela poluição.

Da mesma forma que houve esse direcionamento de estruturação de infraestruturas públicas de saúde e educação para essas comunidades, outros dois setores – parte norte e oeste do município – também receberam essas infraestruturas, porém, de forma mais tardia com a construção de escolas como: Escola e Creche Municipal Elvira Gomes de Moura, Sítio Alexandre Pinto; Escola Municipal Manoel Joaquim de Sá, Sítio Bom Sucesso; Escola Municipal João Antônio de Oliveira, Sítio Estrondo; Escola Municipal João Liberal, Sítio Santa Tereza Nascimento; Escola e Creche Municipal Enéas Barbosa, Sítio Bom Sucesso; Escola e Creche Municipal João Delmiro, Sítio Pêga; além de unidades básicas de saúde como: posto de Saúde Orlando Barbosa, Sítio Bom Sucesso; Posto de Saúde Raimundo Pereira do Carmo, Sítio Santa Tereza; Posto de Saúde Euclides Luiz Pereira, Sítio Genipapeiro; Posto de Saúde José Itamiram de Oliveira Jacinto, Sítio Pêga; Posto de Saúde Francisco Eliedilson Soares de Queiroz, Sítio Estrondo.

Contudo, a atividade no município na última década vem sofrendo uma grande decadência, visto que com as fortes estiagens que assolam a região, somada à presença de pragas como a mosca branca nas plantações, bem como o êxodo rural, constata-se que o poder público tem diminuído o direcionamento de políticas de apoio e incentivo ao cultivo de caju, o que fez com que a produção no município diminuísse de forma drástica. Foi possível identificar, através de entrevistas com proprietários, que, antes, produzia-se em média 600 sacas, caindo essa produtividade para 30 sacas, o que é um número bastante significativo. Este contexto tem levado

muitos produtores a derrubarem suas plantações e, segundo fontes a partir de populares, estima-se que metade da plantação de cajueiros no município já tenha sido extinta. Nesse sentido, torna-se inviável a construção da fábrica de engarrafamento, como citado anteriormente, uma vez que a produção de caju no município está mais próxima da falência do que de um crescimento significativo, como ocorrera em momentos anteriores.

Diante dessa situação, podemos considerar que por mais que as longas estiagens que assolam a região venham a se normalizar, este ciclo no município de Portalegre está quase que se extinguindo, e que, aliado a essa problemática, pode ser visualizado que o poder público não tem proporcionado medidas que venham a dar mais subsídios a esses produtores como ocorria em outrora, a exemplo de ações que possam conter as pragas que têm afetado a lavoura, uma vez que até mesmo a sede da EMATER que existe no município está fechada uma vez que o governo estadual não mais encaminhou um técnico responsável pelo setor. Diante desse quadro, pode-se afirmar que a cajucultura no município está sucumbindo à decadência, visto que cada vez mais a produção vem diminuindo no município, como é possível visualizarmos no Quadro 2.

Quadro 2: Portalegre e sua produção de castanha de caju no período de 2002 a 2013

Ano e sua respectiva produção de castanha de caju em toneladas			
2013	310T	2007	976T
2012	115T	2006	886T
2011	345T	2005	441T
2010	264T	2004	860T
2009	874T	2003	2100
2008	976T	2002	2150

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados coletados do (IBGE) cidades produção agrícola municipal (2013)

4.2 A ATIVIDADE DA MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE: OUTRO IMPORTANTE CICLO EM DECADÊNCIA

A mandioca, no município de Portalegre, desenvolveu-se paralelo à cajucultura, mas diferentemente desta atividade, aquela tinha como objetivo a subsistência das famílias. Porém, a produção excedente era lançada ao mercado, gerando um retorno financeiro aos produtores. No entanto, ao longo dos anos a produção de mandioca cada vez mais vem perdendo forças no município, uma vez que esta já teve uma produção significativa.

Ao discutir a atividade da mandioca no município de Portalegre, faz-se necessário descrever um fator importante dessa: a atividade se desenvolveu de forma rudimentar, uma vez que a produção ocorria em caráter artesanal, pois os engenhos existentes no município não dispõem de investimentos em maquinários em sua grande maioria, com exceção apenas de um que dispõe de força motriz para a produção em grande escala dos dois produtos oriundos da mandioca (a goma ou amido de mandioca e a farinha), estando localizado na zona urbana do município, destacando-se que o mesmo resulta de investimentos e construção que partiram da iniciativa privada.

Por ter se desenvolvido no município paralelo à atividade da cajucultura, acredita-se que as medidas adotadas no território tenham tido um objetivo mútuo a ambas. Porém, diferente da primeira em que são visíveis as ações direcionadas, a esse ciclo o poder público só desenvolveu uma ação direta, que foi a construção de dois engenhos mecanizados, que não vieram a ser finalizados, já que em entrevistas com pessoas que doaram o terreno para a construção dos engenhos foi informado de que o governo havia cortado a verba destinada à construção dos mesmos e findaram se tornando obras inacabadas.

No que diz respeito à quantidade de casas de farinha, segundo entrevistas com pessoas mais idosas do município, foi possível a obtenção da informação de que Portalegre já contara com uma quantidade significativa de 20 unidades, em que muitas foram construídas há anos, como é o caso da casa de farinha com mais 150 anos de existência pertencente a senhora Francisca Luzia Alves Torres como pode ser visto nas imagens a seguir:

Figuras 3 e 4: Casa de farinha em Portalegre



Fonte: Registro feito pelo autor em visita de campo, 2015.

A referida senhora afirma que todas essas unidades produtoras de farinha trabalhavam simultaneamente no período de colheita da mandioca, que era de junho a setembro. Atualmente a realidade é bem diferente daquela vivida no município no período de sua maior expressão, já que apenas entre 6 e 8 engenhos funcionam por apenas dois meses no período da produção da farinha. Em entrevistas com alguns produtores, pôde-se obter a informação que estes, durante os anos 1980 e 1990, chegavam a produzir em torno de 200 a 300 sacas de farinha, além de 60 a 80 sacas de goma, sendo que cada produtor na maioria dos casos chegava a passar mais de meses no engenho. Já no atual momento, suas produções são, em média, 18 a 20 sacas de farinha e 6 a 10 de goma, o que significa uma quebra significativa na produção.

Segundo entrevista com o senhor Francisco Sales, de 75 anos de idade, que além de produtor por vários anos foi comerciante dos produtos oriundos da mandioca em bancas de feira livre, o mesmo descreve que grande parte do que era produzido no município era vendido nas feiras livres dos municípios de Pau dos Ferros e Umarizal, sendo que vinha gente dos estados vizinhos ao RN, como Paraíba e Ceará, à procura dessa mercadoria; situação esta que não se repete mais nos dias atuais, já que o que é produzido não supre nem mais a demanda do mercado interno do município, tornando-se cada vez mais comum encontrar nos estabelecimentos comerciais do município produtos vindos de outros estados produtores, como Bahia e Pernambuco.

Em entrevistas com demais produtores de mandioca do município, ao indagarmos quais os motivos que levaram à redução das áreas de plantios, muitos citaram a desvalorização do produto, problemas com a estiagem, a falta de mão de obra e o custo benefício de produção; juntamente com a invasão de produtos vindos de outros estados, bem mais baratos do que o produzido no município como citado anteriormente, o que nos leva a concluir que o ciclo da mandioca em Portalegre também tem se direcionado à decadência.

4.3 A ATIVIDADE TURÍSTICA EM PORTALEGRE E SEUS REFLEXOS NA ECONOMIA

A atividade turística no município de Portalegre é algo bem recente, porém, esse fato não tira a significância e importância que esta tem para o quadro econômico e sua contribuição no que concerne à organização ou reorganização do território, o que se torna visível ao ser feita uma visualização na dinâmica do município.

Ao procurar descrever quando se deu o início do desenvolvimento da atividade turística em Portalegre, pode ser denotado que se iniciou a partir do ano 2000, conforme nos revela Fernandes (2008, p. 96) ao colocar que:

em termos oficiais, o turismo começou a ser desenvolvido em Portalegre no ano de 2000, quando o então gestor Euclides Pereira de Souza – reconhecendo o potencial turístico desse município e vendo no turismo uma atividade que, agregada às outras já existentes, poderia trazer benefícios à população local – solicitou formalmente junto à Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (SETUR/RN) a inclusão de Portalegre no Programa Nacional e Municipalização do Turismo – PNMT (ao qual já terçemos alguns comentários em momentos anteriores). Por sua vez, a SETUR/RN encaminhou este documento de requerimento à EMBRATUR, que nesse mesmo ano enviou ao município o Relatório de Informações Turísticas – RINTUR, sendo o mesmo respondido e encaminhado novamente para esse órgão.

Foi através da Deliberação Normativa Nº 417/2000, que a EMBRATUR reconheceu Portalegre como um dos 1.529 municípios brasileiros que são prioritários para o desenvolvimento do turismo no Brasil, sendo este um município com potencial turístico em desenvolvimento. Portanto, foi classificado como possuidor de recursos naturais e culturais expressivos, encontrando no turismo diretrizes para o seu desenvolvimento tanto social, quanto econômico.

Porém, a atividade no município só veio ganhar significância e expressividade, no que diz respeito à elaboração de meios de fortalecimento e fixação da concepção e ideia de Portalegre cidade turística, sob a administração de outro prefeito, o Sr. Manoel de Freitas Neto, que em,

16 de Março de 2001 na administração do senhor Manuel de Freitas Neto, popular Neto da EMATER, objetivando desenvolver o turismo de forma sustentável no município de Portalegre, de modo a fomentar a economia local, onde a comunidade pudesse ter novas opções de renda e empreendedorismo, bem como aproveitar e desenvolver o potencial turístico local existente, foi criada através da Lei Nº 056/2001 a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Portalegre – SEMATUR, primeiro órgão gestor do turismo. A esta cabe gerir e planejar a atividade turística e as questões ambientais do município, de modo a permitir que o desenvolvimento turístico esteja em consonância com a preservação dos Patrimônios naturais e culturais e traga benefícios à população local (SEMATUR, 2001).

E após criação da então Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente (SEMATUR), a primeira atividade desenvolvida foi a criação do Primeiro Plano Municipal do Turismo de Portalegre (SEMATUR, 2001), como cita Fernandes (2008, p. 98) ao dizer que:

ainda em 2001, a recém-criada SEMATUR juntamente com o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS (via SEBRAE), começaram a realizar campanhas de sensibilização/conscientização da comunidade, das autoridades e dos segmentos empresariais locais para a importância do turismo como uma atividade propulsora do crescimento econômico, procurando assim envolver todos os segmentos que compõem a sociedade civil organizada no processo de planejamento e implantação da atividade turística em Portalegre. O resultado foi a criação, através da Lei Municipal Nº 073/2001, do Conselho Municipal de Turismo – composto por representantes do executivo, legislativo, judiciário, segmentos empresariais, religiosos e da comunidade; cabendo a este elaborar estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo no município – e da Comissão dos Amigos do Meio Ambiente de Portalegre – COMAP, órgão formado por voluntários que visavam chamar a atenção da população para a necessidade de proteção ambiental, a fim de garantir a qualidade dos recursos naturais e com isso tornar a cidade atrativa para o turista. Surge o Primeiro Plano Municipal do Turismo de Portalegre.

Posterior à criação do Primeiro Plano Municipal de Turismo, outro importante passo dado foi a elaboração e tabulação de um diagnóstico com as potencialidades turísticas do município, e, nesta pesquisa, foram identificados elementos tanto para o turismo ecológico, quanto para o de eventos e o turismo histórico-cultural. Diante disso, foi possível visualizar quais as necessidades de investimentos para o desenvolvimento da atividade, uma vez que seria necessária a existência de obras que dessem subsídios aos turistas que aqui chegassem, como é o caso de hotéis e pousadas. Foi então que o empresário João Sabino, dono da rede de hotéis Sabino Palace, após ter visto o potencial que o município tinha a oferecer, decidiu então construir um hotel em Portalegre, uma obra que custaria em média de R\$ 3.000.000,00 para a sua construção, sendo que atualmente está avaliado em R\$ 10.000.000,00. No entanto, para a construção do hotel proprietário da rede de hotéis impôs algumas exigências de ações de OT a serem realizadas por parte da prefeitura municipal, como coloca Fernandes (2008, p. 100):

Em sua visitação ao município, o hoteleiro fez algumas condições para investir na cidade: ter um terreno adequado para a construção do hotel; a construção de uma infraestrutura de acesso ao hotel; que o município dotasse o local de água e

energia; o município aprovasse por meio de uma lei municipal a concessão de incentivos fiscais pelo prazo de vinte e cinco anos.

Como era de interesse do prefeito a vinda do hotel para o município (e o mesmo achara cabível as exigências feitas pelo hoteleiro), acabou-se aceitando as condições do empresário. Porém, como “moeda de troca” deveria gerar empregos para a população local, ficando negociado que só seria empregada mão de obra de munícipes de Portalegre, além de ter como fornecedores comerciantes locais, situação esta que continua até os dias atuais, na medida em que o hotel conta com uma quantidade de 25 funcionários empregados, todos do município, destacando-se que a folha salarial do mesmo gira em torno de R\$ 12.000,00, que é um número expressivo pra uma cidade pequena.

Dessa forma, o prefeito pretendia fazer com que o mercado de trabalho local expandisse e assim aumentasse a circulação da economia, o que permitiria dinamizar vários segmentos, sejam eles direta ou indiretamente ligados ao turismo.

Para atender às exigências do hoteleiro foi aprovada, na Câmara Municipal de Portalegre, a Lei Municipal de Incentivos Econômicos e Isenções Fiscais para empresas vinculadas ao Setor Turístico, Nº 073/2001. Também para viabilizar a construção do hotel, a prefeitura comprou com recursos próprios um terreno no valor de R\$ 23.000,00 e fez a doação para a construção do mesmo. A Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) se comprometeram de cuidar, respectivamente, do abastecimento d’água e do fornecimento de energia para o hotel. No final de 2001, iniciaram as obras para a construção do Hotel Portal da Serra, sendo concluídas em 2002 (SEMATUR, 2001).

No entanto, as obras de investimentos públicos para o turismo não se restringiram apenas ao hotel. Também houve investimentos na construção de um mirante, do Terminal Turístico da Bica, pontes de acesso à cachoeira do Pinga, como também a promoção de eventos culturais como o São João Alegre, o Caju Agrofest e a realização de três festivais gastronômicos, entre outras. Também foi visível que paralelo a esses investimentos nos atrativos turísticos, o poder público municipal (em parceria com as esferas federal e estadual) realizou ao longo dos anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, período em que a atividade se dava de forma intensiva, novos investimentos em infraestrutura urbana destinados a adequar o município de Portalegre para melhor receber os investidores e os turistas. Foram pavimentadas novas ruas, construída uma galeria para melhor escoamento das águas das

chuvas, construída a Praça do Caju (no conjunto Rua Nova) e reformada a Praça Pública Central Coronel Vicente do Rêgo Filho, dentre outros investimentos, como coloca Fernandes (2008).

Com a inauguração do hotel, o município começou a receber cada vez mais turistas dos mais variados estados, como Ceará e Paraíba, e, inclusive, de outros países, como Portugal e Itália, o que nos primeiros anos de desenvolvimento da atividade significara um impulso considerável para o seu firmamento como atividade econômica importante. Com isso, foi surgindo a necessidade da construção de bares, restaurantes e pousadas que dessem suporte à demanda cada vez maior de turistas no município.

Porém, nos últimos anos essa atividade vem entrando em uma forte crise, pois se percebe a diminuição da demanda de turistas no município, consequência de festas tradicionais como o São João e os festivais gastronômicos terem deixado de ser promovidas pelo município, além de que estruturas que constituem o mirante, o Terminal Turístico da Bica e a cachoeira do Pinga se encontram em más condições de uso, uma vez que se torna visível que os investimentos nessa área são cada vez menores, tendo reflexos no fluxo de turistas no município. Nesses dois últimos anos, a atual administração do município tem buscado retomar os investimentos para fortalecer novamente o desenvolvimento dessa atividade, é o caso de reformas no Terminal Turístico da Bica, elaboração de um projeto para a construção de estacionamento e de pequenos bares na Cachoeira do Pinga, além de reforma no Mirante Boa Vista, o que pode vir a possibilitar um novo crescimento desta atividade no município.

A atividade turística, além das contribuições apontadas anteriormente, possibilitou também reflexos em outro setor no município, que é o imobiliário, comum em cidades que utilizam o turismo como atividade econômica, a exemplo de Martins, município que conta com uma grande quantidade de lotes disponíveis para a especulação imobiliária. Em Portalegre, o processo não tem se dado de modo diferente. Exemplo disso é a grande quantidade de pequenos loteamentos em torno da área urbana, e o mais significativo deles é o loteamento Varandas da Serra, pertencente a um empresário que também possui lotes no município citado anteriormente.

A grande procura por terrenos no município fez com que se possibilitasse uma forte valorização fundiária, quando terrenos residenciais com medidas de 30 x 20 m², antes comprados por uma média de R\$ 2.000 a R\$ 3.000, hoje custam em média R\$ 25.000 a R\$ 30.000, algo bem

expressivo para uma pequena cidade, fato que ocorre em decorrência do desenvolvimento do turismo no município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do ordenamento territorial dado ao município de Portalegre-RN, a partir de seus principais ciclos econômicos, permitiu construir uma análise de quais foram as principais atividades econômicas que se desenvolveram no município e como essas contribuíram no modelamento do território e na fixação de equipamentos urbanos, ficando evidente que três tiveram uma relevância maior em relação às demais, como foi o caso da cajucultura, da mandioca e do turismo, esta última, inclusive, sendo uma das mais importantes no contexto econômico atual do município. Além do apontamento das principais atividades do município, foram destacadas quais as ações de OT dadas a essas atividades e como elas contribuíram para o seu desenvolvimento no território.

Outro fato importante a se ressaltar diz respeito à configuração que o território assumiria diante do desenvolvimento desses ciclos. Ficou evidente que o município se dividiu em duas partes – o meio urbano e o rural – ambas com populações numericamente quase que iguais, o que possibilitou uma configuração bem particular ao município, a partir do fato de que Portalegre desagrega seu território a partir do desenvolvimento de atividades específicas, ou do meio rural, ou do urbano. Assim, a gestão do município proporcionou ações de ordenamento territorial que possibilitaram o desenvolvimento de suas principais atividades econômicas, tanto no meio urbano, quanto no rural, contribuindo de forma significativa no que concerne à formação e sustentação econômica do município e ao modelamento de seu território.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis – RJ: Vozes. 1998.

CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves. **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento: 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal, RN: EDUFRN, 2001.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1955.

ESTABA, Rosa Maria. **La descentralización y la ordenación del territorio de Venezuela:** estratégias hacia la modernidad. In: *Scripta Nova. Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales* [On line]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de dezembro de 1999, n. 54. <<http://www.ub.es/geocrit/sn-54.htm>> [07 de novembro de 2008]. [ISSN 1138-9788].

FERRÃO, João. **O Ordenamento do Território como Política Pública.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

FERNANDES, Maria de Fátima Diógenes. **Turismo, políticas públicas e desenvolvimento local:** um estudo da atividade turística no município de Portalegre-RN, no período de 2001 a 2008. Pau dos Ferros-RN, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal 2013.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=241360&idtema=136&search=rio-grande-do-norte|severiano-melo|producao-agricola-municipal-lavoura-permanente-2013>>. Acesso em 20 de jun. 2015.

MORAES, Marcos Antonio de; SILVA, Paulo Sergio Franco. **Geografia econômica:** Brasil de colônia a colônia. Campinas, São Paulo: editora Átomo, 2002.

MORAES, Antonio Carlos R. **Bases da formação territorial do Brasil,** São Paulo: Ed. Hucitec, São Paulo, 2000.

MOREIRA, Cleiton Leite. **Circuito inferior de produção da cajucultura no município de Portalegre-RN.** Pau dos Ferros-RN, 2014.

OLIVEIRA, F. T; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. **Produção do espaço e a cajucultura em Severiano Melo-RN.** Revista Geo temas. Rio Grande do Norte. V. 01, n. 02, Jul./Dez. de 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/138/134>>. Acesso em 15 de mai. 2015.

PUJADAS, Romà; FONT, Jaume. **Ordenación y planificación territorial.** Madrid: Editorial Síntesis, 1998.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li AtlasMunicipios>>. Acesso em 15 de abr. 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

SEMATUR – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo de Portalegre. **Inventário da oferta turística do município de Portalegre/RN – 2001.** Portalegre: SEMATUR, 2001.

Trabalho aceito em: 06/12/2021